

Comunicação para o Desenvolvimento - mídia, infância e adolescência no semi-árido brasileiro¹

Edgard Patrício

ecologiaopovo@bol.com.br

Resumo: Tendo como premissas a influência exercida pela mídia na definição da agenda de temas e ações percebidas como prioritárias pela sociedade e pelo Estado e o papel estratégico da comunicação como ferramenta de transformação social, a Rede ANDI Brasil desenvolve o projeto Comunicação Para o Desenvolvimento: Mídia, Infância e Adolescência no Semi-árido Brasileiro. O intuito é contribuir para a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes do Semi-árido brasileiro utilizando a comunicação como instrumento para colocar esta questão na agenda da mídia, dos governos e da sociedade brasileira.

Palavras-chave: comunicação, desenvolvimento, semi-árido, infância

Contextualização – a Rede ANDI Brasil

Em 1992, em Brasília (BR), é fundada a Andi - Agência de Notícias dos Direitos da Infância, iniciando um trabalho inovador com a mídia, por meio de ações de conscientização, qualificação e mobilização na área dos direitos da criança e do adolescente. Em 1997, a Andi percebe a oportunidade e o desafio de replicar sua metodologia em outras organizações com atuação estadual. Parte desse processo veio da relação com algumas estudantes de jornalismo da PUC - PR, que, inspiradas numa palestra da Andi, iniciaram a criação da Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência (PR).

Em 1999, a Cipó – Comunicação Interativa (BA) funda a Central Cipó de Notícias e passa a abrigar o projeto piloto da Rede ANDI Brasil. Em 2000, nasce a Rede ANDI Brasil com quatro organizações: além da Andi e da Cipó, integram a Rede: Auçuba Comunicação e Educação (PE) e Agência Uga-Uga de Comunicação (AM). Ainda no final de 2000, a Ciranda (PR) e a Oficina de Imagens Comunicação e Educação (MG) ingressam na articulação. Desde 2006, o grupo, já consolidado, conta também com: Agência de Notícias da Infância Matraca (MA), Catavento Comunicação e Educação (CE), Instituto Recriando (SE) e Girassolidário – Agência de Notícias em Defesa da Infância (MS).

Colocar a infância e a adolescência como prioridades absolutas na definição e implementação de políticas públicas. É com esse horizonte que as 10 organizações da Rede

¹ Colaboraram Ciça Lessa, secretária executiva da Rede ANDI Brasil, e as equipes das 10 organizações que compõem a Rede, responsáveis pela consolidação dos dados.

ANDI Brasil trabalham diariamente para incidir na agenda da mídia, pautando e qualificando notícias e reportagens sobre o universo infanto-juvenil. Organizações sociais e conselhos de defesa dos direitos infanto-juvenis também recebem atenção especial da Rede na elaboração de planos de comunicação que melhorem sua relação com a mídia, dêem visibilidade ao seu trabalho e contribuam na mobilização em torno de suas causas. Estudantes de comunicação são o terceiro público-estratégico da Rede, que desenvolve programas de apoio a sua formação para que atuem como agentes da comunicação e mobilização social.

A atuação da Rede ANDI Brasil tem como horizonte algumas lutas específicas como:

- o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos;
- a democratização e qualificação dos meios de acesso, produção e difusão da comunicação sobre, para e com crianças e adolescentes, na perspectiva do direito à comunicação;
- a criação de uma cultura de participação infanto-juvenil na mídia e na sociedade;
- a universalização e melhoria da qualidade da educação básica;
- a qualificação das políticas públicas e ampliação do orçamento público na área da criança e adolescente.

Através de suas estratégias, a Rede ANDI Brasil busca sensibilizar e mobilizar a mídia, a sociedade e o poder público para a promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Uma das principais atividades implementadas é o monitoramento de mídia, com a clipagem de notícias sobre infância e adolescência de 116 jornais e revistas. A partir da seleção de matérias publicadas, a Rede edita o boletim A Criança e o Adolescente na Mídia, um resumo com as principais notícias do universo infanto-juvenil enviado diariamente para um mailing de mais de 15 mil contatos, incluindo comunicadores, conselheiros da infância, organizações que trabalham com a temática da infância e adolescência.

O trabalho específico com comunicadores inclui uma gama de ações de mobilização e qualificação. Ele inclui o envio de boletins com pautas, eventos e indicação de fontes para mais de 3.000 comunicadores, visitas a redações e oficinas específicas para jornalistas, radialistas e comunicadores comunitários, a disponibilização de mais de 2.000 contatos de fontes de informação e o atendimento diário no apoio a produção de matérias. Dentre as ações voltadas para a qualificação de notícias e reportagens tem destaque a edição da pesquisa A Criança e o Adolescente na Mídia, resultado do acompanhamento e análise das notícias publicadas nos jornais e revistas. A pesquisa também é compartilhada com outros atores sociais para a discussão de caminhos que aprimorem a cobertura sobre infância e adolescência. Entre

esses atores, os participantes de organizações que trabalham com a temática infância e adolescência, numa tentativa de qualificar a relação entre essas organizações e a mídia.

Outro grupo de atividades é voltado para as organizações sociais. A Rede realiza oficinas de comunicação para organizações sociais, Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos e faz, depois, o acompanhamento para a implantação de planos de comunicação nas organizações. Em universidades, são realizadas palestras e debates com professores e estudantes, além da oferta de vagas para estagiários nas próprias organizações, principalmente nas áreas de Comunicação e Pedagogia, contribuindo ativamente na formação diferenciadas de novos profissionais.

Para a execução de um trabalho articulado e coletivo, a Rede ANDI Brasil vem desenvolvendo uma expertise na área de atuação em rede e no uso de tecnologias de informação e comunicação que incluem:

- estratégias para dar unidade e identidade às ações coletivas;
- atuação colaborativa;
- valorização das competências específicas que potencializam a rede;
- partilha de metodologias com sistematização de processos e ações que possam ser replicados;
- desenvolvimento de rotinas e ferramentas que facilitam o fluxo do trabalho, a governança, a comunicação interna e a gestão do conhecimento;
- monitoramento e avaliação dos resultados.

Ambiente do Projeto – o semi-árido brasileiro

O Semi-árido brasileiro concentra hoje 26,5 milhões de pessoas, o que representa 15,5% da população do País. Localizado em nove estados da região Nordeste, na região setentrional do estado de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, engloba 1.421 municípios. As características geo-ambientais, aliadas a um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda baseado no latifúndio, propiciaram a construção de um imaginário social que caracteriza essa região como um extenso espaço de terra marcado pela seca e pela fome. No entanto, a experiência desenvolvida pelos movimentos sociais do Semi-árido, com o apoio de empresas e órgãos públicos, está introduzindo um novo parâmetro de

interação com esse ambiente. Passa-se de uma relação de combate à seca para uma compreensão de convivência com o Semi-árido².

Assim, ao contrário do imaginário representado pela caveira de boi no solo rachado, as águas das chuvas anuais no Semi-árido são, sim, suficientes para manter as necessidades de subsistência de, por exemplo, uma família com cinco membros. A grande questão é como fazer o armazenamento adequado da água, desafio que o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido tem enfrentado com a utilização de soluções simples e tecnologias sociais apropriadas à região, do qual é exemplar a iniciativa 1 milhão de cisternas rurais (P1MC), desenvolvido pela Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA)³.

Contudo, hoje, a realidade ainda é dramática. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Semi-árido brasileiro concentra 75% dos mil municípios com os piores índices de desenvolvimento humano do Brasil. Entre os 1.100 municípios com mais alto Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M) do Brasil, apenas dois estão no Semi-árido, nenhum deles entre os 500 primeiros. No outro extremo, dos 1.100 piores IDH-M, 527 cidades estão no Semi-árido. Em média, 60% dos menores índices de desenvolvimento humano municipal estão no Semi-árido brasileiro, quando esse representa apenas 26% do total dos municípios do País⁴.

Observando-se os valores dos indicadores componentes do IDH-M dos municípios do Semi-árido, percebe-se a razão desses resultados:

MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO SEGUNDO COMPONENTES DO IDH MUNICIPAL

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER			TAXA DE ALFABETIZAÇÃO			TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA			RENDA MONETÁRIA PER CAPTA		
Anos	Total	%	Faixa %	Total	%	Faixa%	Total	%	Em R\$	Total	%
55-60	302	21,6	40-50	47	3,4	40-70	77	5,5	30-60	199	14,3
60-65	567	40,5	50-60	373	26,6	70-80	762	54,6	60-90	775	55,5
65-70	472	33,8	60-70	685	49,1	80-90	533	38,2	90-120	321	23,0
70-75	57	4,1	70-80	268	19,2	90-100	24	1,7	120-150	57	4,1
			80-92	24	1,7				150 E+	44	3,1

² DECLARAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA). Recife, 1999.

³ Fórum de organizações da sociedade civil que atua em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Semi-árido brasileiro.

⁴ GOMES FILHO, José Farias. Crianças e adolescentes no Semi-árido brasileiro. UNICEF: Recife, 2003. p. 16 e 17.

FONTE: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2003. www.pnud.org.br. O total de municípios considerado para esses indicadores é de 1.396.

O estudo do UNICEF Crianças e Adolescentes no Semi-árido Brasileiro (2003)⁵ – traz algumas constatações elucidativas. Segundo o documento, a população de 0 a 17 anos representa 41,3% do total de habitantes do semi-árido. São quase 11 milhões de crianças e adolescentes que, segundo a perspectiva de uma projeção que se faça com base na atualidade, têm futuro marcado pela perpetuação do ciclo de miséria que se repete há várias gerações. Cerca de 75% desse público vivem em famílias cuja renda per capita é inferior a ½ salário mínimo e cujo índice de analfabetismo é de 32% para pessoas acima de 15 anos.

Outros indicadores são mais específicos sobre a realidade de crianças e adolescentes no Semi-árido brasileiro:

- A taxa de mortalidade infantil é superior à média nacional em 95% das cidades;
- Juntas, as afecções perinatais, as infecções respiratórias agudas e deficiências nutricionais respondem por 33,8% dos óbitos das crianças menores de um ano;
- Cerca de 350 mil crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, estão fora da escola;
- Mais de 390 mil adolescentes (43%) são analfabetos;
- Uma em cada 6 crianças de 10 a 15 anos trabalha.

Pactos e parcerias – a mobilização pela infância do semi-árido

Numa ação conjunta entre sociedade civil e governos, o UNICEF coordenou no primeiro semestre de 2004 o Pacto Nacional Um Mundo Para a Criança e o Adolescente do Semi-árido. O objetivo foi articular efetivamente governadores, sociedade civil e população para o desenvolvimento de atividades que visem ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Estas metas fazem parte do compromisso assumido em 2000 pelo governo brasileiro, juntamente com outros 188 países-membro das Nações Unidas, pela melhoria das atuais condições em todo o mundo, em especial de crianças e adolescentes. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio enunciam:

- Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- Alcançar o ensino fundamental universal;
- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde materna;

⁵GOMES FILHO, José Farias: Crianças e Adolescentes no Semi-Árido Brasileiro. Recife: Unicef, 2003. 80 p.

- Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Para monitorar o cumprimento das metas e mobilizar os 1.421 municípios que compõem o Semi-árido criou-se o Comitê Gestor Nacional do Pacto Nacional. Esse Comitê, composto por representantes dos comitês estaduais, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), UNICEF, Fundação Abrinq, ANDI e outros parceiros nacionais, criou o Selo Município Aprovado, que reconhecerá as gestões que atingirem ou superarem as metas pré-definidas de acordo com seus indicadores sociais. O município agraciado com o selo poderá utilizá-lo como símbolo de qualidade por dois anos. Trata-se de iniciativa similar à da Fundação ABRINQ, que reconhece boas gestões pela infância e adolescência por meio do Selo Prefeito Amigo da Criança.

As crianças e adolescentes são o público prioritário porque a prioridade absoluta a este público é assegurada pela a Constituição Brasileira (1988), a Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Para alcançar estes objetivos no Semi-árido brasileiro, os governadores da região pactuaram uma série de metas a serem cumpridas ao longo de um período de 11 anos. Cada município terá que alcançar um número mínimo de metas pré-definidas divididas em 4 grupos:

- Metas de desempenho (impacto), envolvendo a promoção de uma vida saudável, educação de qualidade, proteção das crianças contra os maus tratos, exploração e violência, combate à HIV/AIDS e fortalecimento dos mecanismos de controle social no orçamento público em nível municipal;
- Metas de redução da iniquidade existente entre crianças e adolescentes segundo raça/etnia, deficiência, gênero e outros critérios;
- Metas de gestão de políticas públicas municipais e de qualidade de serviços oferecidos;
- Metas de mobilização social.

Cada grupo de metas terá indicadores próprios de verificação de cumprimento, sendo sua execução acompanhada, em cada estado, por um comitê formado por representantes governamentais e da sociedade civil. Papel expressivo nesse acompanhamento será desempenhado pelos Conselhos de Direitos.

Comunicação para o Desenvolvimento - a Comunicação a serviço da transformação da realidade das crianças e adolescentes do semi-árido

A teoria do agendamento (agenda-setting)⁶, desenvolvida nos Estados Unidos, aponta que os meios de comunicação contribuem fortemente na construção da agenda pública e política das sociedades, quer quando destaca quer quando se cala sobre determinados temas. Neste sentido, reconhece a mídia como ator central, tanto no processo de consolidação das democracias contemporâneas quanto no de aceleração do esforço pelo desenvolvimento humano e social.

Essa grande influência pode, portanto, ser canalizada para chamar a atenção do país sobre a realidade do semi-árido, que inclui não apenas para seu cenário de privação, mas também e, sobretudo, para as soluções que podem ser encontradas para uma convivência pacífica e produtiva dos cidadãos com e no semi-árido. Ao fazê-lo, os meios de comunicação incentivarão os atores sociais a conhecer a realidade e trabalhar para melhorar a qualidade de vida das crianças e adolescentes que, como já exposto, compõem parcela expressiva da população dessa região.

Há muito a ser feito no sentido de se destacar o potencial do semi-árido e a possível solução de convivência com a natureza, hoje limitado pelo imaginário. Castoriadis, em seu livro *A Instituição Imaginária da Sociedade*⁷, enfatiza que o imaginário é mais real do que o real. O imaginário (situação dada) não deve ser confundido com imaginação (processo criativo): o imaginário está ligado a uma situação que perdura, sustentada pela ideologia. Após um tempo, essa situação não é mais problematizada, é “naturalizada” e se impõe enquanto verdade. Assim, quando a mídia fala sobre a região, veicula quase sempre uma idéia de território inóspito, um cenário construído pelo sol e poeira, habitado por crianças desnutridas ou doentes, mulheres franzinas e homens banguelas, que remete a um imaginário de privação e sujeição. Esse imaginário foi absorvido inclusive pelos próprios cidadãos do semi-árido.

Sua reconstrução é importante à medida que permite novas compreensões dos problemas reais e a busca de soluções sob novos paradigmas. O processo exige a compreensão crítica da realidade. Estimulando-a, a cobertura jornalística sobre a seca pode contribuir para oferecer a visão de que, apesar das condições geo-ambientais, a riqueza cultural e a força de vontade da população demonstram que o Semi-árido é viável. Além

⁶ BRUM, Juliana de. A Hipótese do Agenda-Setting: Estudos e Perspectivas. In HOHLFELDT, Antônio. Os Estudos sobre a Hipótese do Agendamento. In Revista Famecos, número 7. Porto Alegre: 1997.

⁷CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

disso, a reconstrução desse imaginário envolve a discussão de valores culturais arraigados nas comunidades, o que implica em pensar a vertente educativa da comunicação.

O projeto também contempla ações que apóiam os comunicadores na construção e difusão de um jornalismo socialmente responsável em prol das meninas e meninos do Semi-árido. O projeto beneficia-se das tecnologias sociais desenvolvidas pela ANDI, além da experiência e capilaridade da Rede ANDI Brasil, para construir um amplo processo de esclarecimento e comunicação sobre a realidade do Semi-árido, bem como para monitorar o pacto firmado pelos governadores da região. Trata-se, pois, a um só tempo, de um projeto de comunicação para o desenvolvimento e de monitoramento de políticas públicas, que alarga o controle social e incentiva a transparência das ações governamentais.

Contribuir para a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes do Semi-árido brasileiro utilizando a comunicação para colocar esta questão na agenda da mídia, dos governos e da sociedade brasileira. Esse é o intuito do projeto Comunicação para o Desenvolvimento - mídia, infância e adolescência no semi-árido brasileiro, em seu terceiro ano de desenvolvimento (2007 a 2009). Entre seus objetivos específicos:

- Monitorar regularmente ações públicas e privadas voltadas para meninas e meninos do Semi-árido, de forma a pautar o debate da mídia e da sociedade e contribuir com ações de controle social de políticas e programas voltados para esse público;
- Mobilizar e qualificar profissionais e estudantes de comunicação para que ampliem e aprofundem a cobertura sobre a realidade infanto-juvenil do Semi-árido;
- Monitorar a cobertura editorial sobre crianças e adolescentes do Semi-árido, de forma a oferecer subsídios aos comunicadores na direção da prática do jornalismo responsável;
- Apoiar a realização de produtos de comunicação que dêem visibilidade à realidade da região e forneçam insumos para a atuação de comunicadores e atores sociais;
- Capacitar lideranças da região na área da comunicação, para que melhorem seu relacionamento com a mídia e possam contribuir para dar visibilidade e mudar a imagem da região.

Articulação em rede – a estrutura de execução do Projeto

Para realização do projeto COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: Mídia, Infância e Adolescência no Semi-árido Brasileiro, a Rede ANDI Brasil atua em parceria da seguinte forma:

- 10 agências de Comunicação (ONGs) integrantes da Rede, estabelecidas em 10 estados brasileiros (AM, MA, CE, PE, BA, SE, PR, MS, MG, DF);
- Assistência técnica da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância em questões relativas à clipagem, classificação e análise de mídia;
- Coordenação da Secretaria Executiva da Rede ANDI Brasil, abrigada pela Cipó Comunicação Interativa, escritório de São Paulo, desde outubro de 2005.

A estrutura de recursos humanos é alocada proporcionalmente à demanda do projeto. As agências de comunicação são responsáveis pela:

- mobilização de mídia regional;
- realização das Oficinas;
- realização dos Seminários em cada Estado;
- clipping da mídia regional.

Cada uma das agências integrantes da Rede ANDI Brasil possui sede com infra-estrutura geral de escritório, que aportam como contrapartida ao projeto. Os recursos humanos de cada agência constituem-se de:

- Jornalista Responsável (1)
- Jornalista Mobilizador (1)
- Monitor (1)
- Estagiário (3)
- Responsável pela formação (1)

O Jornalista Responsável é o encarregado direto por implementar e operacionalizar as ações que compõem os compromissos de cada organização integrante da Rede ANDI Brasil. A ANDI fica responsável por:

- Consultoria e assistência técnica permanente em relação à metodologia (clipagem e classificação).
- Apoiar e executar ações de âmbito nacional (pauta, banco de fontes).

A Secretaria Executiva tem as atribuições de:

- Coordenar a realização de todas as ações desenvolvidas em conjunto pelas instituições parceiras da Rede ANDI Brasil;

- Garantir a unidade das atividades nas agências estaduais, na própria ANDI em suas diversas áreas, e junto às empresas contratadas para a execução dos serviços previstos nas metas do projeto;
- Zelar pelo cumprimento do cronograma;
- Monitorar todas as ações de análise, mobilização e apoio aos Conselhos e cobrar a plena execução de todas as atividades previstas no projeto;
- Realizar a administração financeira, organização e contabilização dos documentos e prestação de contas;
- Desenvolvimento e realização do Sistema de Avaliação.

A comunicação em serviço – as ações do Projeto

As ações desenvolvidas ao longo do projeto estão descritas a seguir, vinculadas aos objetivos.

1. Monitorar ações públicas e privadas voltadas para meninas e meninos do

Semi-árido

- 1.1. Realização de clippings diários com as reportagens sobre a criança e o adolescente do Semi-árido.
- 1.2. Produção de pautas quinzenais e pautas especiais mensais coletivas sobre temas ligados às condições de vida de meninas e meninos do Semi-árido.

2. Mobilizar e qualificar profissionais e estudantes de comunicação

- 2.1. Oficinas com jornalistas e radialistas sobre a realidade do Semi-árido e técnicas para aprimoramento das reportagens.
- 2.2. Seminário “A Infância e a Adolescência no Semi-árido” em universidades.
- 2.3. Visita de grupos de jornalistas e Estudantes de Comunicação ao Semi-árido

3. Monitorar a cobertura editorial sobre crianças e adolescentes do Semi-árido.

- 3.1. Realização de clippings diários com as reportagens sobre a criança e o adolescente do Semi-árido.
- 3.2. Produção de resumo semanal com matérias sobre crianças e adolescentes no Semi-árido.

4. Apoiar a realização de produtos de comunicação que dêem visibilidade à realidade da região e forneçam insumos para a atuação de comunicadores e atores sociais.

4.1 Desenvolver e atualizar Banco de Fontes com projetos e iniciativas do Semi-árido ou dedicado à região.

4.2 Reformulação do website do CONANDA

4.3 Reformulação do site da Rede ANDI.

5. Capacitar lideranças da região na área da comunicação.

5.1 Oficina de capacitação em comunicação social para ONGs com atuação voltada para crianças e adolescentes na região do Semi-árido.

Os resultados alcançados – a práxis comunicativa

Com o objetivo de envolver comunicadores e veículos de comunicação e contribuir efetivamente para que eles realizem uma cobertura mais responsável sobre a infância e adolescência do Semi-árido, uma série de ações do projeto foi desenvolvida sistematicamente, de maneira a contribuir com os processos de produção de notícia e, conseqüentemente, com a sensibilização da opinião pública em relação a esses temas.

O trabalho de divulgação dos temas relativos ao universo infanto-juvenil, por meio de pautas enviadas a comunicadores de todo Brasil, é realizado cotidianamente pelas organizações. Em 2007, devido a um grande esforço de identificação e contato com veículos de comunicação de todos os tipos, o número de comunicadores cadastrados cresceu cerca de 320% □□□□, passando de 2,1 mil contatos para 6.700. Durante o período de execução do projeto, foram enviadas mais de 780 pautas com temas relevantes e indicações de fontes e aproximadamente 1,8 mil notas com agendas e pautas curtas sobre os direitos de crianças e adolescentes. Superando o previsto no plano de trabalho, foram realizadas □□□ 157 pautas e □□ 98 notas sobre o Semi-árido. Os textos foram enviados por e-mail e publicados nos sites das organizações. Para as pautas especiais, contudo, em função das especificidades estaduais das organizações de estados de fora do Semi-árido, houve ajustes nas estratégias. Ao final, foram enviadas 51 pautas em rede, produzidas coletivamente. Como no conjunto das outras pautas, os textos foram enviados por e-mail e publicados nos sites das organizações.

Considerando a ação global da rede em diversas temáticas ao longo do ano, as pautas e notas enviadas pelas organizações geraram um resultado de 1.478 inserções de notícias em 82 veículos impressos em todo o Brasil. O Semi-árido, por sua vez, ganhou as páginas dos

jornais a partir da mobilização de mídia feita pelas equipes □□□296 vezes. Foram cerca de 1.000 atendimentos a jornalistas, sendo 114 deles para qualificar pautas sobre crianças e adolescentes do Semi-árido.

O monitoramento diário de notícias veiculadas em □□jornais em todo o Brasil resultou no conteúdo de mais de 2,4 mil boletins com resumos das matérias sobre infância e adolescência. Os boletins A Criança e o Adolescente na Mídia são enviados diariamente a □□□□□23,4 mil contatos, entre comunicadores, representantes de órgãos públicos, profissionais ligados à área da infância, conselhos de direito e tutelares e organizações da sociedade civil.

Durante o ano de 2007, a Rede ANDI Brasil, por meio de suas organizações, realizou 39 oficinas de comunicação com organizações sociais e 35 oficinas com jovens. As ações se deram a partir do envolvimento das organizações com diversos outros projetos. Especificamente para o projeto Comunicação para o Desenvolvimento, nos sete estados onde há organizações da Rede ANDI Brasil presentes no Semi-árido, foram realizadas oito oficinas, envolvendo □□251 participantes nos municípios de Aracaju (SE), Araçuaí (MG), Caruaru (PE), Caxias (MA), Feira de Santana (BA), Fortaleza (CE) e Mossoró (RN).

Em 2007, as organizações atualizaram e disponibilizaram cerca de 585 novas fontes de informação, sendo □□□□357 delas do Semi-árido, superando a meta proposta no projeto. A relação dessas fontes está disponível no endereço eletrônico www.redeandibrasil.org.br/hotsite/fontes.

Apesar de não estarem previstos recursos para a realização de oficinas itinerantes dentro do projeto Comunicação para o Desenvolvimento, uma das organizações da Rede, a Catavento Comunicação e Educação, conforme planejamento, conseguiu aprovar um projeto complementar com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará e, por meio de destinação de recurso feita pelo Instituto C&A ao Fundo Estadual Criança e Adolescente, foi realizada uma oficina itinerante no sertão do Ceará. A oficina itinerante "Convivendo com o semi-árido cearense" foi realizada entre os dias 26 e 29 de novembro, em Fortaleza, Independência e Pedra Branca. A atividade consistiu em levar comunicadores à região do semi-árido, com a finalidade de mostrar as experiências bem sucedidas de convivência com a região. Mais de 20 comunicadores e estudantes de comunicação visitaram comunidades do sertão cearense. A equipe participante da oficina era composta por oito (08) jornalistas e três (03) estudantes. A composição dá uma idéia da representatividade dos participantes.

Relação de participantes

- 01) Maurício Vieira - Jornal Diário do Nordeste (CE)
- 02) Cristiane Silveira - A Crítica (AM)
- 03) Nilson Mariano - Zero Hora (RS)
- 04) Luciana Constantino - O Estado de São Paulo (SP)
- 05) Guilherme Soares - O Estado de Mato Grosso do Sul (MS)
- 06) Mauri König - Gazeta do Povo (PR)
- 07) Fernanda Santa Rosa - A Tarde (BA)
- 08) Marcos Guiotti - Rádio CBN (MG)
- 09) Marina Alcântara - TV O Povo (CE)
- 10) Thiago Paulino - Semanário Cinform (SE)
- 11) Ionara Silva - Revista Viração (DF)
- 12) Carolina Ribeiro - Secretaria Executiva Rede ANDI Brasil (SP)

Estudantes

Samaisa Anjos e Monyse Ravenna - Universidade Federal do Ceará (UFC)

Larissa Viegas - Faculdade Nordeste (Fanor)

Em 2007, as organizações da Rede ANDI Brasil realizaram 25 oficinas nas redações e 08 visitas aos veículos de comunicação para sensibilizar repórteres, editores, cinegrafistas e fotógrafos sobre a importância da cobertura dos assuntos ligados ao Semi-árido. Pelo fato dessas redações estarem localizadas em sua maioria nas capitais, há entre os jornalistas pouca familiaridade com o tema mesmo nos estados da região. Sete das oficinas, contudo, aconteceram em municípios do interior, possibilitando aos comunicadores do semi-árido um contato mais direto com os temas específicos da infância na região. Ao todo, as oficinas focadas no Semi-árido envolveram em atividades de discussão e formação 274 profissionais de mídia. Mais 8 oficinas com jornalistas foram realizadas pelas organizações de fora do Semi-Árido, sempre inserindo as temáticas trabalhadas pelo projeto Comunicação para o Desenvolvimento e traçando paralelos entre as necessidades de desenvolvimento das diferentes regiões do país com o Semi-Árido.

Foram 14 os seminários em universidades realizados pela Rede ANDI Brasil em 2007. Destes, 10 foram realizados com foco temático no Semi-árido, envolvendo mais de 600 estudantes de comunicação. Com abordagens focadas nas especificidades regionais, as organizações que não fazem parte de estados do Semi-árido realizaram outras atividades com os estudantes.

Uma das experiências mais interessantes foi a realizada pela Cipó – Comunicação Interativa. Ao invés de realizar a atividade no auditório ou na sala de aula, a equipe levou 23 alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) , além do diretor Giovandro Ferreira, para uma oficina itinerante em duas cidades localizadas no Semi-árido baiano. A visita começou pelo município de Valente, onde funciona a APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira), que tem uma influência enorme na economia local (criou, inclusive, uma rádio comunitária e uma TV local).

Os estudantes conheceram a fábrica de sisal da APAEB e as instalações da rádio e da TV (viram de perto como funciona cada um dos veículos e que é possível desenvolver, ainda que sem muitos recursos, boas iniciativas na área de comunicação). O almoço foi em Retirolândia, onde funciona a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC). A agência é formada por jovens da Região Sisaleira que realizam trabalho de produção de notícias e materiais de comunicação voltados para temáticas de promoção do desenvolvimento territorial sustentável no Semi-árido da Bahia. A cultura rural é o elemento central nos CDs, boletins e publicações produzidos pelo grupo, que busca transformar os meios de comunicação em alternativas de visibilização de práticas e debates sobre um sertão viável. O grupo ainda presta assessoria de imprensa e de comunicação em eventos e para o movimento social da região.

Referências bibliográficas

- BRUM, Juliana de. A Hipótese do Agenda-Setting: Estudos e Perspectivas. In HOHLFELDT, Antônio. Os Estudos sobre a Hipótese do Agendamento. In *Revista Famecos*, número 7. Porto Alegre: 1997;
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982;
- DECLARAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. *Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA)*. Recife, 1999;
- GOMES FILHO, José Farias. *Crianças e adolescentes no Semi-árido brasileiro*. UNICEF: Recife, 2003;
- Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 2003. www.pnud.org.br.